

Código do Projeto: 2016/1

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

NOME DO PROJETO: IMPLANTAÇÃO DO PJE NO TST – EXPANSÃO COMPLETA

DEMANDANTE: PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DATA DA DEMANDA: MARÇO/2016

MOTIVADOR: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 51/2010 (ENTRE O CNJ, O TST E O CSJT), RESOLUÇÃO DO CSJT Nº 136/2014, ATO SEGJUD.GP Nº 116/2013, ATO.GP Nº 207/2014 E ATO Nº 213/2014 (INSTITUI O COMITÊ GESTOR DO PJE-JT E O GRUPO DE APOIO EXECUTIVO), RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 185/2013 (INSTITUI O PJE), INTIMAÇÃO DO CNJ DE MAIO/2016 (DETERMINANDO APRESENTAÇÃO DE PLANO E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PJE), TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 10/2016 (ENTRE CSJT E CNJ)

PATROCINADOR:

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SUPERVISOR DO PROJETO:

TITULAR: MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE
COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DO PJE NO TST
SUBSTITUTO: JUIZ MAXIMILIANO PEREIRA DE CARVALHO
MEMBRO DO COMITÊ GESTOR DO PJE NO TST

GERENTE DO PROJETO:

TITULAR: FRANCISCO HENRIQUE MENDONÇA NINA CABRAL
COORDENADOR DE PROCESSO ELETRÔNICO DO TST
SUBSTITUTO: LEANDRO COSTA DE OLIVEIRA
COORDENADOR SUBSTITUTO DE PROCESSO ELETRÔNICO DO TST

Este relatório visa apresentar um breve resumo sobre a conclusão da 1ª etapa da Implantação do PJe no TST – Expansão Completa.

O Projeto 2016/1, “**Implantação do PJe no TST – Expansão Completa**”, teve início em 10 de outubro de 2016, com previsão para conclusão em 15 de dezembro de 2017.

O sistema PJe no TST rege-se pelo disposto na Resolução Administrativa 1589, de 4 de fevereiro de 2013, observada a regulamentação estabelecida no ato 32/2017 de 26 de janeiro de 2017.

O cronograma de implantação foi seguido conforme o planejado e a 1ª etapa do projeto, concluída em 1º de março de 2017, data em que o sistema PJe foi oficialmente inaugurado no Tribunal, tornou possível o trâmite de processos de “não-conhecimento” na Presidência do TST.

Nesta etapa diversas ações foram desenvolvidas visando o aperfeiçoamento do sistema, são elas:

- **Definições administrativas para o projeto.**
 - Definições Institucionais;
 - Definição de modelos de trabalhos de TI;
 - Definição do Plano de Comunicação Institucional;
 - Definição do Plano de Capacitação;
- **Ações de segurança, controle e contingenciamento.**
 - Desenvolvimento do Migrador;
 - Ajustes na Consulta Processual;
- **Execução das etapas de implantação do sistema.**
 - Presidência do TST (não-conhecimento e regularizações processuais).

A próxima etapa, com início marcado para o dia 6/03/2017, terá como objetivo a implantação do sistema PJe na SDI-2.

Registram-se duas intercorrências que não prejudicaram o prosseguimento do Projeto, são elas:

- Expiração do convênio entre o TST e a CEF para emissão de novos certificados digitais para os servidores que utilizarão o PJe;
- Replanejamento da data inicialmente prevista (de dezembro/2016 para

1/3/2017) para implantação na Presidência, com o objetivo de potencializar a divulgação e comunicação para o público externo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ASSINATURAS

GERENTE DO PROJETO	BRASÍLIA-DF, 09/03/2017. ASSINATURA:
SUPERVISOR DO PROJETO (Substituto) Dr. Maximiliano Pereira de Carvalho	BRASÍLIA-DF, 09/03/2017. ASSINATURA: